

Aspectos Tributários da Importação de Serviços

2015

Gustavo Pagliuso Machado

ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DA IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS

© Almedina, 2015

AUTOR: Gustavo Pagliuso Machado

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-858-49-3022-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Machado, Gustavo Pagliuso
Aspectos tributários da importação de serviços
Gustavo Pagliuso Machado. -- São Paulo :
Almedina, 2015.

ISBN 978-85-8493-022-7

1. Comércio internacional de serviços -
Tributação 2. Direito internacional tributário
3. Importações - Tributação I. Título.

15-02733

CDU-34:336.2:339.5

1. Comércio internacional de serviços :
Tributação : Direito 34:336.2:339.5

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Junho, 2015

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132 | Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

ÍNDICE

AGRADECIMENTO	7
NOTA DO AUTOR.....	9
PREFÁCIO	11
1. A CONTRATAÇÃO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS	15
1.1. Comércio exterior e importação de serviços	15
1.2. A importância do comércio de serviços	18
2. CONSIDERAÇÕES E CONCEITOS PRELIMINARES	23
2.1. Conteúdo do conceito de serviços no direito privado.....	23
2.2. Distinção entre serviços pessoais e não pessoais	33
2.3. Serviços “cross boarder” ou serviços prestados por não-residentes.....	34
2.4. Diferenciação dos “serviços puros” de figuras afins.....	44
2.5. Tributos incidentes na importação de serviços.....	52
3. IMPOSTO DE RENDA	55
3.1. Imposto retido na fonte sobre importação de serviços e seu âmbito de incidência	55
3.1.1. Tributação sobre a renda dos serviços técnicos e dos serviços “puros”	68
3.1.2. O aspecto material.....	70
3.1.3. O aspecto espacial	76
3.1.4. O aspecto temporal.....	77
3.1.5. O aspecto pessoal.....	84
3.1.6. O aspecto quantitativo.....	88

3.1.6.1. O reajuste da base de cálculo – “gross up”	90
3.2. Breves considerações sobre o reembolso de despesas	94
3.2.1. Reembolso a não-residente por pagamento de prestação de serviços feito a terceiro no exterior em benefício de residente	96
3.2.2. Contrato de rateio de custos e despesas entre empresas multinacionais...	98
3.2.3. Prestação de serviços que constituem a atividade-fim da empresa controladora	101
3.3. A dedutibilidade fiscal dos pagamentos contratuais efetuados	101
3.4. A aplicação de tratados internacionais para evitar a bitributação e a importação de serviços	116
3.4.1. Introdução ao tema	116
3.4.2. Interpretação dos tratados contra a dupla tributação	119
3.4.3. Tratados internacionais e o direito interno	122
3.4.4. A sujeição das remunerações de serviços ao art. 7º	125
3.4.5. Passado, presente e futuro das interpretações do Fisco e da Justiça sobre o tema	131
3.4.6. Tax Treaty Override.....	157
3.5. Métodos de eliminação da dupla incidência tributária internacional	160
3.5.1. A isenção tributária	161
3.5.2. Crédito de imposto	163
3.5.2.1. <i>Tax sparing</i>	165
3.5.2.2. <i>Matching credit</i>	166
3.5.3. Dedução do imposto pago no exterior	166
3.6. Preços de transferência nas importações de serviços intragrupo	168
3.6.1. Conceitos introdutórios	168
3.6.2. Pessoa vinculada	169
3.6.3. O princípio arm’s length e a configurabilidade dos serviços adquiridos de empresas vinculadas	171
3.6.3.1. Do preço arm’s length ou do “preço de transferência”	175
3.6.4. Da alocação de resultados entre estabelecimentos.....	176
3.6.5. Dos métodos de controle dos preços de transferência	178
3.6.6. Da similaridade	183
3.6.7. Da margem de divergência e das divergentes margens presuntivas de lucro.....	184
 4. CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	
– CIDE	189
4.1. As contribuições interventivas – um panorama	189
4.2. A natureza tributária da CIDE Royalties	192
4.3. A CIDE instituída pela Lei 10.168/00 e seu âmbito de incidência.....	195

4.3.1. O aspecto material	196
4.3.2. O aspecto espacial.....	199
4.3.3. O aspecto temporal	199
4.3.4. O aspecto pessoal	200
4.3.5. O aspecto quantitativo	200
4.4. A referibilidade ou objeto tributado das contribuições.....	205
4.5. Não repartição da receita.....	211
 5. PIS E COFINS INCIDENTES NA IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS	215
5.1. Detalhe terminológico das exações	215
5.2. A incidência do PIS/COFINS sobre importação de serviços.....	218
5.2.1. O aspecto material.....	218
5.2.2. O aspecto espacial.....	221
5.2.3. O aspecto temporal.....	223
5.2.4. O aspecto pessoal.....	225
5.2.5. O aspecto quantitativo	226
5.3. A base de cálculo do PIS e da COFINS na importação de serviços	226
5.4. A instituição do PIS e da COFINS na importação de serviços e violação das regras do GATT e GATS.....	242
5.5. Local do resultado do serviço: consumação material vs. consumação utilidade	248
5.6. Não-cumulatividade: direito ao crédito sobre serviços adquiridos do exterior	258
 6. ISS SOBRE IMPORTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	273
6.1. A regra de incidência do ISS sobre serviços contratados do exterior.....	273
6.1.1. O aspecto material	274
6.1.2. O aspecto espacial	275
6.1.3. O aspecto temporal	276
6.1.4. O aspecto pessoal	278
6.1.5. O aspecto quantitativo.....	282
6.2. Os princípios da origem e do destino	300
6.3. Teoria do resultado: local da prestação vs. local do resultado	301
6.4. A inconstitucionalidade da incidência do ISS na importação de serviço proveniente do exterior ou que nele tenha iniciado	310
6.5. O ISS e os acordos internacionais em matéria tributária	316
 7. IOF INCIDENTE SOBRE CÂMBIO.....	323
7.1. O IOF câmbio das importações de serviços e sua regra de incidência.....	323
7.1.1. Aspecto material.....	327

ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DA IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS

7.1.2. Aspecto espacial.....	333
7.1.3. Aspecto temporal.....	334
7.1.4. Aspecto pessoal.....	336
7.1.5. Aspecto quantitativo	337
7.2. Pretendida isenção do IO-Câmbio sobre importações de serviços	338
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	341